



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Diretoria de Documentação Judiciária  
**B I B L I O T E C A**

# **INFORME BIBLIOGRÁFICO**

## **SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES**

**RECIFE**

**JUNHO**

**2011**

## INFORMATIVO

## FASCÍCULO SEMANAL Nº 21

FECHAMENTO: 26/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 29/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 352/333

## SUMÁRIO

<b>ATOS DO LEGISLATIVO</b> .....	<b>351</b>	– Deficiente: STF analisa pedido de aposentadoria especial a portador
✓ Crimes contra o patrimônio – Grafitagem – Descriminalização – Alteração da Lei nº 9.605/98		– Exercício ilegal: juiz decreta prisão da falsa psicóloga e seu marido
<b>ATOS INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>350</b>	– <i>Habeas corpus</i> e revisões criminais: STJ altera regimento interno
✓ ANATEL: Telefonia – Regulamentos – Alteração		– ISS: julgamento sobre imunidade tributária dos Correios é suspenso
<b>DOUTRINAS</b> .....	<b>350</b>	– Novas Súmulas: Pleno do TST aprova mudanças em sua jurisprudência
✓ PEC da discórdia		– Processo eletrônico: CNJ anula exigência prévia de procuração
<i>Kiyoshi Harada</i>		✓ <b>Projetos de lei</b>
✓ Processo judicial de seguro (privado) em razão de acidente de trabalho		– Ampliação do prazo prescricional de ação trabalhista
<i>Fernando Rubin</i>		– Concessão de auxílio-doença para doador de órgão
✓ União homoafetiva e direito à adoção		– Desconto de aluguel na folha de pagamento
<i>Roger Spode Brutti</i>		– Novo Código Florestal
<b>ESTUDOS DE CASO</b> .....	<b>343</b>	– Obrigatoriedade na criação do programa <i>antibullying</i> por escolas
✓ Terrenos de marinha – Pagamento de laudêmio na ocupação		<b>SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL</b> .....
✓ Testamento – Pedido de anulação e nulidade – Requisitos caracterizadores		<b>333</b>
<b>NOTICIÁRIO</b> .....	<b>336</b>	– Pesquisa de 20-5 a 26-5-2011
✓ <b>Destaques</b>		
– Acidentes de trabalho: STF reafirma jurisprudência sobre competências		
– Caso Battisti: análise da controvérsia judicial é agendada para 8/6		
– Capacidade postulatória: incapaz pode ingressar nos Juizados Fazendários		

## JURISPRUDÊNCIA

### FASCÍCULO SEMANAL Nº 21

FECHAMENTO: 27/05/2011 | EXPEDIÇÃO: 29/05/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 336/321

#### SUMÁRIO

PROCESSO CIVIL .....	página 335	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	página 326
CIVIL E COMERCIAL .....	página 332	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO .....	página 324
PENAL E PROCESSO .....	página 329	TRIBUTÁRIO .....	página 322

#### TEMAS EM DESTAQUE

##### PROCESSO CIVIL

###### ✓ Competência

Aprovado e homologado o plano de recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperações judiciais a competência para quaisquer atos de execução contra a empresa.

###### ✓ Embargos de terceiro

O adquirente de boa-fé, que não estabeleceu relação direta com a executada, em razão de sucessiva relação de alienações do imóvel deve ter seus direitos preservados.

##### CIVIL E COMERCIAL

###### ✓ Dívida

Em atenção à tutela da boa-fé, também é eficaz o pagamento feito àquele que, mediante a Teoria da Aparência, apresenta-se como mandatário do credor.

###### ✓ Falência

A comissão do síndico por serviços prestados à massa falida deve ser paga antes da formação do concurso de credores, pois constitui encargo da massa falida.

##### PENAL E PROCESSO

###### ✓ Crime contra a ordem tributária

Comprovada a ocorrência de parcelamento do débito tributário de ICMS, os contribuintes faltosos fazem jus à suspensão da pretensão punitiva do Estado.

###### ✓ Habeas corpus

Sem coisa julgada, não se pode invocar a sentença como razão fundamental para manter a prisão, que não pode ser tratada como pena antecipada.

##### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

###### ✓ Contrato de trabalho

São lícitas as alterações do contrato de trabalho acordadas entre as partes que não acarretam prejuízo para o trabalhador, direto ou indireto.

###### ✓ Prova

O fato de os cartões-ponto não apresentarem a assinatura do Reclamante não afasta a presunção de veracidade *iuris tantum* da jornada laboral lá consignada.

##### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

###### ✓ Ensino superior

Estende-se ao servidor estadual ou municipal a possibilidade de se matricular em instituição congênere na localidade de destino em caso de transferência de ofício.

###### ✓ Habeas data

É cabível *habeas data* para a retificação de dados constantes em registros ou bancos de dados de entidade governamentais ou de caráter público.

##### TRIBUTÁRIO

###### ✓ Contribuição de melhoria

Compete à Fazenda Pública demonstrar a base de cálculo da contribuição de melhoria, afastando-a de qualquer resquício confiscatório.

###### ✓ Imposto de transmissão *causa mortis*

A progressividade de alíquotas é prevista apenas para os impostos de natureza pessoal, não se estendendo aos impostos de natureza real, incidentes sobre o patrimônio.

## INFORMATIVO

## FASCÍCULO SEMANAL Nº 22

FECHAMENTO: 02/06/2011 | EXPEDIÇÃO: 05/06/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 372/353

## SUMÁRIO

<b>ATOS DO JUDICIÁRIO</b> .....	<b>371</b>	<b>NOTICIÁRIO</b> .....	<b>356</b>
✓ <b>CNJ:</b> Crianças e adolescentes – Concessão de autorização de viagem para o exterior – Revogação da Resolução 74/2009		✓ <b>Destaques</b>	
✓ <b>STF:</b> Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Novos valores		– Embrões: Anvisa traz novas regras para bancos no país	
✓ <b>TST:</b> SBDI-1 – Orientações Jurisprudenciais – Alteração		– Exame de Ordem: STF cassa liminar que autorizava inscrição de bacharéis	
✓ <b>TST:</b> SDC – Precedente Normativo 120 – Alteração		– PEC dos Recursos: magistrados brasileiros manifestam apoio integral	
✓ <b>TST:</b> Súmulas – Alteração		– Punições: servidor que já cumpriu suspensão não deve ser demitido	
<b>DOCTRINAS</b> .....	<b>365</b>	– Tarifas: entram em vigor novas regras para uso do cartão de crédito	
✓ Considerações sobre o “adultério virtual”		✓ <b>Projetos de lei</b>	
<i>Denis Donoso</i>		– Carteira de habilitação para jovem emancipado	
✓ Lavagem de dinheiro: a moderna maquiavelística e o teorema das proporções definidas		– Critérios de sustentabilidade ambiental em licitações públicas	
<i>Daniel Cavalcante Silva</i>		– Procedimentos mais rigorosos para conselheiros tutelares	
✓ O Código dos extremos		– Tipificação do crime de quebra de sigilo de investigação	
<i>Oscar Valente Cardoso</i>		– Uso de precatórios para compra de imóvel residencial	
<b>ESTUDOS DE CASO</b> .....	<b>361</b>	<b>CONCURSOS</b> .....	<b>354</b>
✓ Contrato de honorários advocatícios – Título extrajudicial – Dispensabilidade de testemunhas		<b>SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL</b> .....	<b>353</b>
✓ Sucessão trabalhista – Débitos anteriores – Caracterização e responsabilidade		– Pesquisa de 27-5 a 2-6-2011	

**JURISPRUDÊNCIA**
**FASCÍCULO SEMANAL Nº 22**

FECHAMENTO: 03/06/2011 | EXPEDIÇÃO: 05/06/2011 | ANO 2011 | PÁGINAS 352/337

**SUMÁRIO**

PROCESSO CIVIL .....	página 351	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	página 342
CIVIL E COMERCIAL .....	página 348	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO .....	página 340
PENAL E PROCESSO.....	página 345	TRIBUTÁRIO .....	página 338

**TEMAS EM DESTAQUE**
**PROCESSO CIVIL**
**✓ Ação pauliana**

A ação pauliana tem natureza pessoal, e não real, razão pela qual não é necessária a citação dos cônjuges do devedor-doador e dos donatários.

**✓ Penhora**

É possível a penhora de vaga autônoma de garagem, com registro e matrícula próprios, mesmo quando relacionada a bem de família.

**CIVIL E COMERCIAL**
**✓ Cessão de crédito**

Mesmo a eventual ausência de notificação do devedor relativa à cessão de crédito não interfere na validade do negócio jurídico entabulado.

**✓ Inventário**

Na renúncia abdicativa, o quinhão hereditário é devolvido ao monte, sendo repartido entre os demais herdeiros *do de cujus*.

**PENAL E PROCESSO**
**✓ Agravo em execução**

Embora possível a alteração da modalidade de pena substitutiva no juízo executório, isto somente deverá dar-se em condição excepcional justificada.

**✓ Entorpecente**

A quantidade de droga apreendida e a sua forma de acondicionamento também evidenciam a destinação mercantil da substância.

**TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**
**✓ Auxílio-acidente**

O auxílio-acidente deve ter como marco inicial, na ausência de auxílio-doença e de requerimento administrativo, a juntado do laudo pericial em juízo.

**✓ Execução de sentença**

Não obstante a transação havida entre as partes, o leiloeiro faz jus ao ressarcimento pelas despesas e contraprestação pelo trabalho por ele desenvolvido.

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**
**✓ Ensino superior**

Constitui arbítrio a interferência da instituição de ensino na escolha do orador, do aluno encarregado do juramento ou na contratação da empresa de cerimonial.

**✓ Improbidade administrativa**

Estabelecida na sentença condenatória proibição de contratar com o Poder Público, a fixação do prazo não pode ultrapassar o estabelecido na norma instituidora da sanção.

**TRIBUTÁRIO**
**✓ Débito fiscal**

Não pode o magistrado, de ofício, pronunciar a remissão, analisando isoladamente o valor cobrado, sem questionar a Fazenda sobre a existência de outros débitos.

**✓ Imposto sobre a propriedade de veículo automotor**

O IPVA é tributo sujeito a lançamento de ofício com vencimento previsto em lei, contando-se o prazo prescricional de cinco anos a partir do vencimento.

# SELEÇÕES JURÍDICAS

ABRIL / 2011

**Adv**  
ADVOCACIA DINÂMICA  
**COAD**



## LEI SECA E BAFÔMETRO

PORQUE A NORMA QUE DEVERIA PUNIR COM MAIS RIGOR ESTÁ BENEFICIANDO MOTORISTAS EMBRIAGADOS

**EMPRESA DE  
TELEFONIA**

SERVIÇOS DE  
CALL CENTER

**RESPONSABILIDADE  
CIVIL DO EMPREGADOR**

DANOS DECORRENTES DO  
ACIDENTE DE TRABALHO

**PROGRESSÃO  
DE REGIME**

NECESSIDADE DE  
EXAME CRIMINOLÓGICO

## SUMÁRIO

ABRIL | 2011

SELEÇÕES  
JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

Repositório Autorizado  
de Jurisprudência

## STF

Registro nº 39/2008  
(DJE, 4/4/2008)

## TST

Registro nº 32/2007  
(DJ-U, 17/10/2007)

## DOCTRINAS



- A jurisprudência brasileira sobre responsabilidade do provedor por publicações na internet. A mudança de rumo com a recente decisão do STJ e seus efeitos ..... 03  
*Demócrito Reinaldo Filho*
- Apontamentos sobre a Repercussão Geral do Recurso Extraordinário ..... 11  
*Guilherme Kronenberg Hartmann*
- Responsabilidade civil do empregador pelos danos decorrentes do acidente de trabalho ..... 20  
*José Eduardo Duarte Saad*

## PANORAMA



## JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

- Lei Seca e bafômetro: a falta de obrigatoriedade do teste etílico e os efeitos práticos do crime ..... 32  
*Janaína Rosa Guimarães*
- OPINIÃO
- Castelo de areia: indignação e tristeza ..... 37  
*Francisco César Pinheiro Rodrigues*

## ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Contribuição previdenciária de inativos e pensionistas .... 40  
| Inconstitucionalidade sob a EC 20/1998
- Progressão de regime ..... 50  
| Necessidade do exame criminológico para apreciação de pedido

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Empresa de telefonia e serviços de call center ..... 53  
| Ilicitude de terceirização
- Venda de férias por imposição da empresa ..... 59  
| Pagamento em dobro

PUBLICAÇÃO MENSAL

2<sup>Ano</sup>  
011

Nº 6  
ANO XXVII

JUNHO

# *BDA*

**BOLETIM DE  
DIREITO ADMINISTRATIVO**

EDITORA **NDJ** LTDA.

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA



## DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

LIMITES CONSTITUCIONAIS DA TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS (2ª Parte) (Antonio Carlos Alencar Carvalho) .....	661
DIREITO DAS ÁGUAS – Recursos Hídricos – Conservação – Código de Águas – Agência Nacional de Águas (Gina Copola) .....	673
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: UMA NECESSÁRIA SALVAGUARDA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E DO PRINCÍPIO DA EFETIVA INTEGRAÇÃO SOCIAL (2ª Parte) (Karinne Bentes Abreu Teixeira Rebouças e Raimundo Márcio Ribeiro Lima) .....	683
REGIME JURÍDICO DA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Aldem Johnston Barbosa Araújo) .....	697
MOVIMENTO SEM TERRA – Assentamento – Área cuja Propriedade e Posse Está sob Litígio Judicial – Alegada Destinação Irregular de Verbas Públicas pelo INCRA – Crédito de Instalação – Repasse que, em Análise Preliminar, Não Poderia Ocorrer – Inexistência de Licença Ambiental e dos Contratos de Concessão de Uso – Medida Cautelar que se Impõe (Tribunal de Contas da União) .....	722
INDÍGENAS – Funai – Pagamento de Diária a Colaboradora Eventual – Convênio Encerrado – Continuidade da Prestação de Serviços aos Silvícolas – Frente de Proteção Etno-Ambiental – Subordinação entre Familiares – Afronta à Lei nº 8.112/90 e à Súmula nº 13 do STF – Bolsas de Estudo em Universidades – Seleção dos Nativos – Inexistência de Critérios Formais – Considerações (Tribunal de Contas da União) .....	732
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Servidora Pública – Requerimento de Licença para Tratar de Assuntos Particulares – Indeferimento – Abandono de Cargo – Ausência Intencional e Injustificada no Serviço por Mais de Trinta Dias Consecutivos – Aplicação da Pena de Demissão (Tribunal de Contas da União) .....	743

## **JURISPRUDÊNCIA**

SERVIDOR PÚBLICO – Cadastro de “Senhas Fantasmas” – Concessão Indevida de Benefícios Previdenciários – Prévia Instauração de Sindicância – Afastamento Preventivo dos Funcionários – Inexistência de Cerceamento à Defesa – Princípio da Publicidade Atenuado – Processo Administrativo Disciplinar – Constatação de Meras Irregularidades – Não Utilização de Acareação entre os Depoentes pela Comissão – Irrelevância – Gozo de Licença Médica para Tratamento de Saúde – Inexistência de Óbice à Dispensa .....	<b>757</b>
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – Servidor Público – Demissão – Ausência de Nulidade por Excesso de Prazo e de Designação de Nova Comissão Disciplinar – Inexistência de Prejuízo à Defesa – Não Obrigatoriedade de Intimação do Relatório Final do Colegiado Processante – Observância aos Princípios da Motivação e da Proporcionalidade .....	<b>763</b>
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Farmácia – Cooperativa Médica sem Fins Lucrativos – Alegada Vedação do Art. 16, g, do Decreto nº 20.931/32 – Inaplicabilidade do Dispositivo – Venda de Remédios a Preço de Custo .....	<b>770</b>
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – Lei Complementar Estadual – Servidores e Funcionários da Administração Direta e Autárquica – Atividade Laboral em Penitenciárias – Extensão aos Empregados das Fundações Públicas Estaduais – Ampliação do Alcance da Norma Legal ....	<b>773</b>
AÇÃO AFIRMATIVA – Processo Seletivo para Curso de Graduação – Lei Distrital – Benefício aos Alunos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental e Médio em Escolas Públicas – Candidato que cursou uma Série na Rede Privada com Bolsa de Estudo Integral – Admissibilidade da Inscrição no Sistema de Cotas .....	<b>778</b>
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Não Caracterização – Abordagem Policial – Alegada Atuação Arbitrária e Violenta – Ação no Estrito Cumprimento do Dever Legal – Descabimento de Indenização por Danos Morais .....	<b>783</b>

## **ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL**



# A Leitura

Caderno da Escola Superior  
da Magistratura do Estado do Pará

5

Volume 3 / Número 5

Novembro / 2010

# Sumário

<b>EDITORIAL</b> .....	<b>5</b>
<b>ENTREVISTA</b> .....	<b>6</b>
Desembargador Federal Newton De Lucca	
<b>ARTIGOS</b>	
O papel do juiz na concretização do direito fundamental à tutela jurisdicional .....	<b>20</b>
Rosalina Moitta Pinto da Costa	
Análise crítica à teoria das gerações dos Direitos Humanos .....	<b>28</b>
Elísio Augusto Velloso Bastos	
Possibilidade jurídica do cancelamento administrativo de matrículas de imóveis rurais: repercussões no Pará .....	<b>44</b>
José Heder Benatti	
Rogério Arthur Friza Chaves	
O direito à moradia digna: dificuldades e paradoxos para a implementação dos direitos fundamentais sociais em tempos de globalização .....	<b>56</b>
Daniella Maria dos Santos Dias	
Função social da propriedade .....	<b>64</b>
Paraguassú Éleres	
O monitoramento eletrônico na execução penal brasileira e sua utilização como meio minimizador da dessocialização decorrente da prisão .....	<b>82</b>
André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca	
Filosofia do Direito em concursos para a magistratura: um estudo sobre ecos do Realismo Jurídico norte-americano no judiciário brasileiro .....	<b>88</b>
Paulo Klautau Filho	
O jardim e a praça ou a dignidade da pessoa humana e o direito tributário e financeiro .....	<b>98</b>
Fernando Facury Scaff	
<b>RESENHAS</b>	
Os juízes na mundialização: a nova revolução do direito .....	<b>110</b>
Por Raimundo Santana	
Dignidade da pessoa humana, elementos do estado de direito e exercício da jurisdição: caso do fornecimento de medicamentos excepcionais no Brasil .....	<b>112</b>
Por Raimundo Wilson Gama Raiol	

**Novo conceito de trânsito em julgado**

**Responsabilidade social do juiz e do Judiciário**

**Hidrelétrica Belo Monte: manifesta agressão ao princípio da proibição do retrocesso ecológico**

# SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XIV, n. 51, out./dez. 2010

DIREITO CONSTITUCIONAL	<b>6</b>	RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JUIZ E DO JUDICIÁRIO <i>The judge's and the Judiciary's social responsibility</i> Vladimir Passos de Freitas
DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	<b>14</b>	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL <i>Brief remarks on constitutional procedural law</i> Francisco Wildo Lacerda Dantas
DIREITO AMBIENTAL	<b>33</b>	HIDRELÉTRICA BELO MONTE: manifesta agressão ao princípio da proibição do retrocesso ecológico <i>Belo Monte dam: clear infringement on the principle of non-degradation</i> Antônio Souza Prudente
DIREITO INTERNACIONAL	<b>41</b>	BIOCOMBUSTÍVEIS E MERCOSUL: uma oportunidade para a integração regional <i>Biofuels and Mercosur: a chance for regional integration</i> Luizella Giardino Barbosa Branco Marcelo Khair
	<b>51</b>	A CULPABILIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PENAL <i>Culpability in international criminal law</i> Marco Bruno Miranda Clementino
DIREITO ADMINISTRATIVO	<b>66</b>	OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONTROLE E INTERVENÇÃO SOCIAL <i>Public spaces for community control and intervention</i> Hugo Rosa da Paixão
	<b>76</b>	O REGIME DE EMPREGO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA <i>Working system in the public administration scope</i> Luciano dos Santos Rezende
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	<b>85</b>	NOVO CONCEITO DE TRÂNSITO EM JULGADO <i>The new concept of transit in rem judicatum</i> Carlos Henrique Soares
DIREITO PROCESSUAL PENAL	<b>89</b>	PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ E O ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL <i>The judge's investigative powers and the criminal procedure code draft</i> Marcus Vinicius Reis Bastos
	<b>98</b>	"JUIZ DAS GARANTIAS": inconsistência científica; mera ideologia – como se só juiz já não fosse garantia <i>GUARANTEE JUDGE: scientific inconsistency, pure ideology – as if the judge himself did not represent any guarantee</i> Abel Fernandes Gomes
TEORIA DO DIREITO	<b>106</b>	A NATUREZA POLÍTICA DA ATIVIDADE JURISDICIONAL: a dicotomia direito e moral em Ingeborg Maus <i>The political nature of the adjudicatory activity: Ingeborg Maus' separation between law and morality</i> José Antônio Lira Bezerra
SEMIÓTICA JURÍDICA	<b>115</b>	CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE SEMIÓTICA JURÍDICA <i>Initial considerations on legal Semiotics</i> José Ricardo Alvarez Vianna
	<b>125</b>	O DIREITO ALÉM DAS PALAVRAS: um estudo da produção de imagens no âmbito jurídico <i>Law beyond words: an essay on image production within the legal scope</i> Lucinda Siqueira Chaves
INDICAÇÕES LITERÁRIAS	<b>143</b>	RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR DANO AMBIENTAL Por Cláudio Finkelstein
	<b>143</b>	RESUMO DE DIREITO FINANCEIRO Por William Douglas
	<b>144</b>	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO & CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA ADVOCACIA Por Renato Martini

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

# DIREITO MILITAR

ISSN 1981-3414

ANO XIV - NÚMERO 88 - MARÇO/ABRIL 2011



Superior Tribunal  
Militar



**AMAJME**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS**  
**JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME**  
CNPJ: 65.137.044/0001-03  
Declarada de Utilidade Pública Federal  
Decreto de 9 de julho de 1997  
(D.O.U nº 130,10/07/97)

**Presidente:** Getúlio Corrêa (SC);

**Vice-Presidentes Regionais:**

**Centro-Oeste,** Alexandre Antunes  
da Silva (MS);

**Nordeste,** Ricardo Vital de Almeida (PB);

**Norte,** José Roberto P.M.Bezerra Jr (PA);

**Sudeste,** Jadir Silva (MG); e

**Sul,** Francisco José de Moura Muller (RS).

**Secretário Executivo** – Zildo Luiz de Souza

**Sede atual:**

Av. Osmar Cunha, 183 Ed. Ceisa Center,  
Sala 1109, Centro, Florianópolis/SC,  
CEP 88015-100 - Telefone 48 3224.3488  
e Fax 48 3224.3491

[www.amajme-sc.com.br](http://www.amajme-sc.com.br)

[amajme@amajme-sc.com.br](mailto:amajme@amajme-sc.com.br) e [amajme@uol.com.br](mailto:amajme@uol.com.br)

**PERIODICIDADE**

Bimestral

**PROJETO GRÁFICO**

Consenso Editora

**REVISÃO**

Tahís Helena C. Dutra

**DISTRIBUIÇÃO**

Magistrados Estaduais e Federais, Militares  
Estaduais e Federais, Membros do Ministério  
Público, Advogados, Órgãos Públicos,  
Entidades de Classe, Faculdades de Direito  
e Meios de Comunicação.

**CAPA**

Homenagem ao Superior  
Tribunal Militar

Os artigos assinados são de responsabilidade  
de seus autores. É permitida a reprodução  
desde que citada a fonte.

## NESTA EDIÇÃO

### ENTREVISTA

Nosso entrevistado é o Exmo Sr.

Almirante de Esquadra **Álvaro Luiz Pinto,**

Presidente do Superior Tribunal Militar ..... 2

### A APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DA PROGRESSÃO DE REGIME, DA REMIÇÃO E DAS SAÍDAS TEMPORÁRIAS AOS MILITARES ESTADUAIS CONDENADOS PELA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Maurício Matos Rosa e Rodrigo T. P. de Oliveira ..... 5

### O INGRESSO VOLUNTÁRIO NAS FORÇAS ARMADAS E O CONCURSO PÚBLICO

Fábio Moreira de Almeida..... 13

### APONTAMENTOS SOBRE O CRIME DE DESERÇÃO

Helena Guerreiro Silva Cavalcanti Siqueira ..... 23

### DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E JURISDIÇÃO MILITAR

As balizas impostas pelos sistemas mundial e  
regionais de proteção dos direitos humanos

Kathia Martin-Chenut ..... 27

### VALORES.... ONDE ESTÃO OS NOSSOS?

Ricardo Vergueiro Figueiredo ..... 34

### PODE O MILITAR DA ATIVA PARTICIPAR DO QUADRO SOCIETÁRIO DE EMPRESA PRIVADA?

Abelardo Júlio da Rocha..... 38



# REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL

Ano 16 • vol. 62 • abr.-jun. / 2011

*Fundador*

ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN

*Coordenadores eméritos*

ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN

ÉDIS MILARÉ

*Coordenação*

ELADIO LECEY

SÍLVIA CAPPELLI

*Publicação oficial do*



Repertório de jurisprudência autorizado pelos Tribunais  
Regionais Federais das 1.ª, 4.ª e 5.ª Regiões.

## CIVIL-AMBIENTAL

1. À procura de uma teoria de causalidade aplicável à responsabilidade civil ambiental  
DANIELA MARQUES DE CARVALHO ..... 11
2. Sucessão de responsabilidade ambiental  
LUCIANA VIANNA PEREIRA..... 57

## BIODIVERSIDADE

1. O princípio da prevenção e a gestão dos riscos dos agrotóxicos no Brasil  
MARIA LEONOR PAES CAVALCANTI FERREIRA..... 119
2. Introdução aos direitos dos animais  
TAGORE TRAJANO DE ALMEIDA SILVA ..... 141

## ADMINISTRATIVO-AMBIENTAL

1. Introdução ao estudo das infrações administrativas ambientais  
NICOLAO DINO NETO..... 169

## TEORIA GERAL E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

1. Incineradores de resíduos sólidos, processos de coincineração e implicações para a saúde humana: Princípio da Precaução  
CARLOS LOPES DOS SANTOS, ELIANE MARTA QUIÑONES, JOÃO ROBERTO PENNA DE FREITAS GUIMARÃES, AUREO EMANUEL PASQUALETO FIGUEIREDO, ARISTIDES FARIA LOPES DOS SANTOS E LIDYANE OLIVEIRA DOS SANTOS ..... 203
2. Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente: o direito brasileiro e a Convenção de Aarhus  
VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI E PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 223

## **PENAL-AMBIENTAL**

1. O concurso de crimes ambientais: arts. 48 e 64 da Lei 9.605/1998, possibilidade e necessidade

ZENILDO BODNAR..... 267

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

1. O caráter da meta de redução de gases-estufa na política nacional do clima

MARCOS ABREU TORRES..... 287

## **TRABALHOS FORENSES**

1. Edificação de empreendimento em Zona de Interesse Ambiental (ZIA). Índices urbanísticos de construção que restringem a ocupação do solo. Invalidação das autorizações

DOMINGOS SÁVIO DE BARROS ARRUDA ..... 317

2. Reparação do dano ambiental através da cumulação objetiva de ações com vistas à recuperação do meio degradado (reparação específica), além de compensação financeira pela parcela irreversível do dano, lucros cessantes ambientais e danos morais

JORGE CRUZ DE CARVALHO ..... 341

## **LEGISLAÇÃO**

1. Instrução Normativa 4, de 13 de abril de 2011, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA..... 365

## **JURISPRUDÊNCIA COMENTADA – COMENTÁRIOS AO REsp 302.906/SP**

### **A) Acórdão**

DIREITO URBANÍSTICO – Loteamento – Escritura pública – Restrições urbanísticas convencionais – Utilização restrita apenas às residências unifamiliares que é imposta pelo loteador na matrícula do imóvel..... 389

### **B) O valor jurídico e ambiental da paisagem urbana**

ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN..... 395

### **C) O princípio da proibição de retrocesso ambiental na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – O caso City Lapa**

PATRYCK DE ARAÚJO AYALA ..... 403

## 1. Acórdãos

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Meio ambiente – Invasão de área de preservação permanente para formação de vila que causa dano irreversível à natureza – Responsabilidade solidária objetiva do Município e de associação de moradores ..... 423
- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Ação civil pública – Ministério Público – Meio ambiente – Construção de prédio ao redor de área de preservação
- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Meio ambiente – Construção de prédio ao redor de área de preservação – Impetração que visa à inexecução de empreendimento enquanto não se realizar o Estudo de Impacto Ambiental – Resenha por PATRYCK DE ARAÚJO AYALA ..... 432

## 2. Decisões

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- RECURSO EXTRAORDINÁRIO – Efeito suspensivo – Acórdão do Juízo *a quo* que firmou constitucionalidade de lei municipal que revoga proteção ambiental de área de preservação, permitindo construção de empreendimento imobiliário..... 447
- RECLAMAÇÃO – Liminar – Censura prévia – Acórdão que julgou procedente ação para proibir divulgação na Internet de opinião sobre maus-tratos de animais em festas de rodeio – Resenha por PATRYCK DE ARAÚJO AYALA..... 451

# REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Ano 19 • vol. 75 • abr.-jun. / 2011

*Direção e Coordenação*

**MARIA GARCIA**

Publicação oficial do  
Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC



Repositório de jurisprudência autorizado pelo Tribunal  
Regional Federal da 5.ª Região.

## TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO

1. Inconstitucionalidades nas políticas públicas de frentes de trabalho  
JULIANE CARAVIERI MARTINS GAMBA ..... 11
2. O papel dos princípios no constitucionalismo contemporâneo  
LUIZ ISMAEL PEREIRA ..... 65
3. A interpretação da decisão jurídica como uma questão essencial do Direito, de Kelsen a Dworkin até as Súmulas Vinculantes introduzidas na Constituição da República de 1988 por meio da Emenda Constitucional 45/2004  
RÉGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE ..... 89

## CONSTITUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Súmula Vinculante 13 e o combate ao nepotismo  
ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI E LAUDSON CRUZ ORTIZ..... 101
2. Legitimidade e exercício do poder administrativo: o Estado Democrático de Direito em Jürgen Habermas  
ANA SILVIA MACATTO BEGALLI, MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA SILVESTRE, MARIA ROSILENE DOS SANTOS, RAFAEL LAZAROTTO SIMIONI, RÉGIS WILLYAN DA SILVA ANDRADE E VITOR RIBEIRO ROMEIRO..... 123
3. Inteligência dos arts. 37, XVI, 5.º, XIII, e 7.º, VII, da CF/1988 – Possibilidade de acumulação de proventos de aposentadoria de quem exerceu cargo técnico com vencimentos do magistério em universidade pública – Opinião legal  
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS..... 139

## DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

1. Intimidade, personalidade e a eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais  
ANTONIO CARLOS DE SOUSA SOROMENHO-PIRES ..... 157

2. Por um reposicionamento da fraternidade no âmbito das teorias da justiça e da democracia: elementos para a construção de uma sociedade fraterna e solidária	
DIÓGENES DE BRITO TAVARES .....	187
3. A Constituição Francesa de 1958 e a liberdade de comunicação audiovisual e da Internet	
MARILENE ARAUJO.....	251
4. As origens do devido processo legal substancial e o seu desenvolvimento na Suprema Corte norte-americana	
PAULO FRIEDRICH WILHELM LÖWENTHAL .....	283
5. A efetivação judicial dos direitos sociais	
REINALDO DANIEL MOREIRA .....	309
6. Democracia participativa: autoconvocação de referendos e plebiscitos pela população (análise do caso brasileiro)	
RUY SAMUEL ESPÍNDOLA.....	335

## ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. O problema da tendência <i>uniformizadora</i> das decisões judiciais diante da força descentralizadora do federalismo	
EMANOEL MACIEL DA SILVA .....	359

## ORDEM SOCIAL

1. A cidade e a habitação: <i>déficit</i> habitacional, falso problema	
MARIA GARCIA.....	381

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Globalization, Technology and Public Policy: the conflict that never happened	
ELTON SIMÕES .....	393

## JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

### 1. Acórdãos

#### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

• EXTRADIÇÃO – Estrangeiro – Violação ao princípio do juiz natural • ESTRANGEIRO – Extradicação passiva – Processo instrutório • EXTRADIÇÃO – Estrangeiro – Pedido de prisão preventiva • EXTRADIÇÃO – Estrangeiro – Tráfico de drogas – Existência de Tratado entre Brasil e Itália – Resenha por MARIA GARCIA.....	409
--	-----

• MANDADO DE INJUNÇÃO – Servidor público policial – Aposentadoria especial por atividade de risco – Resenha por LUCIANA ANDREA ACCORSI BERARDI.....	427
• EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Efeito infringente – Não existência de identidade de matéria entre o precedente que concedeu provimento cautelar com o litígio suscitado na causa principal.....	433
• CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – Reserva de plenário – Violação – Inexistência de incompatibilidade da norma federal com a Constituição Federal.....	440
• CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – Reserva de plenário – Violação.....	444
• AGRAVO REGIMENTAL – Anistia – Militar da marinha – Exclusão do serviço ativo por ato de exceção de cunho político.....	449

## RESENHAS

1. <i>Positivismo jurídico e a teoria geral do direito na obra de Hans Kelsen</i> , de Gabriel Nogueira Dias – Resenha por MARIA GARCIA.....	455
--	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA ....	457
---	-----



# REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Ano 20 • vol. 78 • abr.-jun. / 2011

Coordenação

CLAUDIA LIMA MARQUES

Publicação oficial do  
**BRASILCON**  
Instituto Brasileiro de Política  
e Direito do Consumidor

**BRASILCON**  
INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICA E DIREITO DO CONSUMIDOR

Repertório de jurisprudência autorizado pelos Tribunais  
Regionais Federais das 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Regiões.

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## ATUALIZAÇÃO DO CDC

1. Dará a reforma ao Código de Defesa do Consumidor um sopro de vida?  
ADALBERTO PASQUALOTTO ..... 11

## CRÉDITO E SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR

1. Do regime jurídico do crédito ao consumidor na União Europeia e seus reflexos em Portugal: a inversão do paradigma  
MÁRIO FROTA ..... 23
2. A prevenção do superendividamento pelo Código de Consumo  
PHILIPPE FLORES ..... 67

## DIREITO COMPARADO

1. El contrato de consumo y la responsabilidad del comerciante  
PEDRO F. SILVA-RUIZ ..... 83

## DIÁLOGO DAS FONTES

1. Fontes internacionais no direito contratual brasileiro na era da desordem: uma possível solução dos conflitos pelo diálogo das fontes?  
BRENDA LUCIANA MAFFEI ..... 109

## RESPONSABILIDADE CIVIL

1. O paradoxo na quantificação do dano moral nas relações de consumo  
BRUNO PONICH RUZON ..... 149
2. Sobre uma eventual definição da causalidade nos projectos nacionais europeus de reforma da responsabilidade civil  
JORGE FERREIRA SINDE MONTEIRO ..... 161

## DESAFIOS ATUAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

1. A tutela do consumidor nas redes sociais virtuais – Responsabilidade civil por acidentes de consumo na sociedade da informação  
GUILHERME MAGALHÃES MARTINS E JOÃO VÍCTOR ROZATTI LONGHI ..... 191

## DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

1. O controle e a prevenção do dano ao consumidor perante a publicidade abusiva  
MARÍLIA MAZON..... 225

## DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

1. O foro competente para o cumprimento de sentença – provisório ou definitivo – de danos individuais por sentenças prolatadas em ação civil pública à luz do Código de Defesa do Consumidor  
GISELE DE LOURDES FRISO ..... 271
2. A harmonização das relações de consumo como critério hermenêutico: análise crítica jurisprudencial exemplificativa  
MAURO FITERMAN ..... 289

## SÚMULAS COMENTADAS

1. Os contratos de previdência privada e o Código de Defesa do Consumidor na visão do Superior Tribunal de Justiça – Comentários sobre as Súmulas 289, 291, 321 e 427 do STJ  
BRUNO MIRAGEM ..... 315
2. O Código de Defesa do Consumidor aplica-se aos planos de saúde  
MARIA STELLA GREGORI..... 339

## JURISPRUDÊNCIA COMENTADA – COMENTÁRIOS AO REsp 1.119.044/SP

- A) Acórdão  
RELAÇÃO DE CONSUMO – Plano de Saúde – Descrédenciamento de clínica médica no curso de tratamento quimioterápico sem substituição por estabelecimento de saúde equivalente..... 355
- B) Eficácia da oferta e a proteção das expectativas legítimas do consumidor nos contratos relacionais:  
BRUNO MIRAGEM ..... 365

## JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

Acórdãos

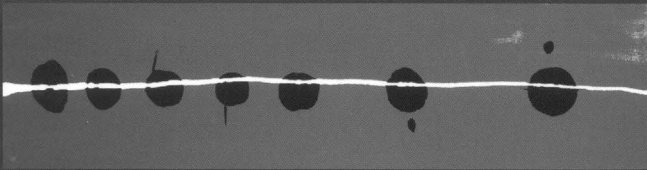
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- CONSUMIDOR – Vício do produto • DECADÊNCIA – Consumidor – Vício de inadequação do produto – Veículo automotor – Bem durável  
Resenha por BRUNO MIRAGEM ..... 379

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – <i>Parquet</i> que intenta cobrança em conjunto da taxa de iluminação pública com a tarifa de energia elétrica • RELAÇÃO DE CONSUMO Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	396
RELAÇÃO DE CONSUMO – Plano de Saúde – Obesidade mórbida – Gastroplastia – Recusa de cobertura Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	419
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL	
INDENIZAÇÃO – Dano material – Seguro de veículo Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	429
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO	
PRESCRIÇÃO – Plano de Saúde – Relação de consumo Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	439
<b>RESENHAS</b>	
1. <i>Código de Defesa do Consumidor comentado</i> , de Ezequiel Moraes, Fábio Henrique Podestá e Marcos Marins Carazai Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	447
2. <i>Consumer protection in International Private Relations/La protection des consommateurs dans les relations privées internationales</i> , de Diego P. Fernández Arroyo Resenha por CLAUDIA LIMA MARQUES .....	449
3. <i>Contratos de plano de saúde</i> , de Aurisvaldo Melo Sampaio Resenha por BRUNO MIRAGEM.....	453
4. <i>Teoria geral do direito do consumidor</i> , de Luiz Otavio de Oliveira Amaral Resenha por BRUNO MIRAGEM .....	455
<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA.....</b>	<b>459</b>

*Revista de*  
*Estudos Criminais*

Publicação do Instituto Transdisciplinar de  
Estudos Criminais, com apoio do Programa  
de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS



## DOCTRINA NACIONAL

- 9      Direito, Linguagem e a Cultura Ética e Jurídica:  
o “Pede para Sair” do Capitão Nascimento  
*(Germano Schwartz)*
- 21     O Desvalor da Conduta Como Critério de  
Identificação da Insignificância para Aplicação  
do Princípio de Intervenção Mínima  
*(Alexey Choi Caruncho e Paulo César Busato)*
- 39     Ressonâncias do Decreto nº 6.899/2009 na Normatividade  
do Crime de Crueldade Experimental de Animais:  
Desvelando o Sentido de “Recursos Alternativos”  
*(Cleopas Isaias Santos)*
- 57     (Re)Pensando a Proporcionalidade: uma  
Análise no Âmbito das Prisões Cautelares  
*(Mateus Marques)*

## DOCTRINA ESTRANGEIRA

- 73     Trasfondos Políticos y Jurídicos de la Sentencia  
Contra el Ex-Presidente Peruano Alberto Fujimori  
*(Kai Ambos)*
- 111    I Vincoli Europei di Penalizzazione Alla Luce Delle  
Novità Apportate dal Trattato di Lisbona  
*(Caterina Paonessa)*

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 48 • nº 189  
Janeiro/março – 2011

# REVISTA de INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 48 · nº 189 · janeiro/março · 2011

- Paulo José Leite Farias *Carta de colaborador* 7
- Fabio Costa Morosini Teoria da competição regulatória. O caso da regulação ambiental 9
- Fabrizio Bertini Pasquot Polido Aplicação efetiva das normas de proteção da propriedade intelectual no sistema multilateral do comércio. Perfis da relação intrusiva entre o Acordo TRIPS/OMC e os direitos domésticos 23
- Jorge Barrientos-Parra A violação dos direitos fundamentais na sociedade técnica 55
- Adriano Sant'Ana Pedra A inelegibilidade do analfabeto segundo uma perspectiva concretista 69
- Mônica Sette Lopes O feminino e o trabalho doméstico. Paradoxos da complexidade 81
- Carlo José Napolitano A regulação da propriedade imaterial na Constituinte de 87/88. Direito à comunicação, direitos fundamentais e econômicos 95
- Ricardo Vieira de Carvalho  
Fernandes e Guilherme Pereira  
Dolabella Bicalho Do positivismo ao pós-positivismo jurídico. O atual paradigma jusfilosófico constitucional 105
- Gustavo César Machado Cabral Federalismo, autoridade e desenvolvimento no Estado Novo 133
- Venceslau Tavares Costa Filho A morte e a morte da concepção sistemática do Direito Privado. Abertura hermenêutica, tópica e cláusulas gerais 147
- Marlon Tomazette Os desafios impostos pela globalização econômica 157
- Marco Bruno Miranda Clementino Enquadramento jurídico do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no direito brasileiro 171
- Ceres Fernanda Corrêa e Eduardo  
Biacchi Gomes O direito fundamental ao desenvolvimento sustentável. Uma análise a partir do caso das nanopartículas 177



Marco Aurélio Gumieri Valério e José Fernando dos Santos Campos	Títulos de crédito eletrônico. A tecnologia a serviço do direito cambial 189
Paulo Roberto Barbosa Ramos e Jorge Luís Ribeiro Filho	O ideal de justiça política e constituição em John Rawls. Análise dos pontos principais da “teoria da justiça como equidade” 211
Jeferson Dytz Marin e Ailor Carlos Brandelli	Orçamento, políticas ambientais e a atuação do Tribunal de Contas 227
Michael César Silva e Roberto Henrique Pôrto Nogueira	Direito à informação qualificada na relação médico-paciente. Estudo das implicações da diferença entre Certificado de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> e Título de Especialista em Dermatologia 243
João Carlos Medeiros de Aragão	Choque entre direitos fundamentais. Consenso ou controvérsia? 259
Leonardo Henrique Mundim Moraes Oliveira	O foro constitucional para julgamento criminal de magistrados aposentados 269
Wilton Santos Souza	Política de cotas para pessoas com deficiência. Mitigação ao princípio da isonomia? 277

# Revista Jurídica®

---

ANO 59 – MAIO DE 2011 – Nº 403

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

FUNDADOR

Prof. Angelito Asmus Aiquel

DIRETOR

Elton José Donato

DIRETORA EDITORIAL

Maria Liliana C. V. Polido

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover – Alexandre Pasqualini – Alexandre Wunderlich

Anderson Vichinkeski Teixeira – Antonio Janyr Dall’Agnol Jr.

Araken de Assis – Arruda Alvim – Carlos Alberto Molinaro

Cezar Roberto Bitencourt – Daniel Francisco Mitidiero – Daniel Ustárroz

Darci Guimarães Ribeiro – Eduardo Arruda Alvim – Eduardo de Oliveira Leite

Eduardo Talamini – Ênio Santarelli Zuliani – Fátima Nancy Andrighi

Fredie Didier Junior – Guilherme Rizzo Amaral – Humberto Theodoro Junior

Ingo Wolfgang Sarlet – Jefferson Carús Guedes

João José Leal – José Carlos Barbosa Moreira – José Maria Rosa Tesheiner

José Roberto Ferreira Gouvêa – José Rogério Cruz e Tucci – Juarez Freitas

Lúcio Delfino – Luís Guilherme Aidar Bondioli

Luís Gustavo Andrade Madeira – Luiz Edson Fachin – Luiz Guilherme Marinoni

Luiz Manoel Gomes Junior – Luiz Rodrigues Wambier – Márcio Louzada Carpena

Mariângela Guerreiro Milhoranza – Paulo Luiz Netto Lôbo

Rolf Madaleno – Salo de Carvalho – Sergio Cruz Arenhart

Sérgio Gilberto Porto – Teresa Arruda Alvim Wambier – William Santos Ferreira

# SUMÁRIO

07 *Editorial*

*Doutrina Cível*

- 11 Cristiano Heineck Schmitt e Fabiana Prietos Peres  
*(Contrato de Time Sharing: Nuances Acerca da Proteção do Consumidor no Direito Comunitário e no Direito Brasileiro)*
- 39 Fernando Rubin  
*(Do Código Buzaid ao Projeto para um Novo Código de Processo Civil: uma Avaliação do Itinerário de Construções/ Alterações e das Perspectivas do Atual Movimento de Retificação)*
- 65 Silvana do Monte Moreira  
*(A Concreta Possibilidade da Adoção de Crianças e de Adolescentes por Casais Homoafetivos no Direito Brasileiro)*
- 69 Raquel Pereira de Castro Araújo  
*(Sexualidade e Cidadania)*

*Doutrina Penal*

- 73 Rômulo de Andrade Moreira  
*(O Supremo Tribunal Federal e a Lei Maria da Penha)*
- 93 Eduardo Rodrigues Alves Mazzilli  
*(Crimes contra a Honra no Código Penal Brasileiro)*

*Jurisprudência Comentada*

- 125 Felipe Cunha de Almeida  
*(A Legitimidade Ativa e a Possibilidade de Arbitramento do Chamado Dano por Ricochete em Relação a Terceiro Atingido Diante de Conduta Ilícita de Autor de Crime, em Face de Sua Esposa)*

### *Jurisprudência Cível*

- 139 Superior Tribunal de Justiça
- 145 Superior Tribunal de Justiça
- 161 Tribunal Regional Federal da 1ª Região
- 165 Tribunal Regional Federal da 2ª Região
- 169 Tribunal Regional Federal da 4ª Região
- 183 Ementário Cível

### *Jurisprudência Penal*

- 207 Supremo Tribunal Federal
- 219 Superior Tribunal de Justiça
- 227 Ementário Penal

### *Índice Alfabético e Remissivo*

- 243 Índice Alfabético e Remissivo

# 41

MAR/ABR 2011

## Conselho Editorial

Ada Pellegrini Grinover

Álvaro Villaça Azevedo

Araken de Assis

Arnaldo Rizzardo

Arnoldo Wald

Athos Gusmão Carneiro

Carlos A. Alvaro de Oliveira

Clito Fornaciari Júnior

Ênio Santarelli Zuliani

Fredie Didier Júnior

Giselda M. P. Novaes Hironaka

Humberto Theodoro Júnior

Ives Gandra da Silva Martins

João Baptista Villela

José Carlos Barbosa Moreira

José Roberto F. Gouvêa

José Rogério Cruz e Tucci

Luiz Guilherme Marinoni

Marcelo de Oliveira Milagres

Maria Berenice Dias

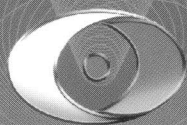
Pablo Stolze

Rodrigo da Cunha Pereira

Sílvio de Salvo Venosa

Voltaire Marensi

# Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil



**magister**  
Editora

[www.editoramagister.com](http://www.editoramagister.com)

# Sumário

## Doutrina

1. Intervenção de Terceiro – Artigo 1.698, Código Civil – Decisão Recente do STJ  
*Fredie Didier Jr.* ..... 5
2. O “Fato do Príncipe” – Reflexos Materiais e Processuais  
*Humberto Theodoro Júnior* ..... 8
3. O Suicídio sob o Prisma do Contrato de Seguro e da Dissonância dos Tribunais com o Código Civil  
*Voltaire Marensi e César Peixoto* ..... 16
4. Dos Alimentos Decorrentes da União Estável e do Concubinato (Parte I)  
*Ênio Santarelli Zuliani* ..... 20
5. Honorários de Advogado – Invertidos os Ônus da Sucumbência  
*Clito Fornaciari Júnior* ..... 44
6. Do Código Buzaid ao Projeto para um Novo Código de Processo Civil: Uma Avaliação do Itinerário de Construções/Alterações e das Perspectivas do Atual Movimento de Retificação  
*Fernando Rubin* ..... 48
7. O Agravo de Instrumento e a Inaplicabilidade do § 4º do Artigo 515 do CPC no Caso de Defeito de Formação por Falta das Peças Facultativas  
*Gilberto Gomes Bruschi* ..... 73

## Em Evidência

1. Testamento Cerrado Firmado em 1997 com Justificação para Clausulamento – Desnecessidade de Revalidação por Já Conter Motivação – Inteligência dos Artigos 2.042 e 1.848 do Código Civil Aprovado em 2002 – Parecer  
*Ives Gandra da Silva Martins* ..... 78

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Imunidade Material. Responsabilidade Civil. Parlamentar. Opiniões Manifestadas em sua Casa Legislativa  
*Rel. Min. Joaquim Barbosa* ..... 99
2. Superior Tribunal de Justiça – Ação Rescisória. Indeferimento da Petição Inicial. Violação do Art. 284 do CPC. Oportunidade de Emenda. Obrigatoriedade  
*Rel. Min. Humberto Martins* ..... 103

3. Superior Tribunal de Justiça – Salvatagem Marítima. Art. 88 do CPC. Competência Concorrente da Autoridade Judiciária Brasileira <i>Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino</i> .....	106
4. Superior Tribunal de Justiça – Deserção. Ajuizamento de Ação de Interdição e Instauração do Incidente de Remoção da Herança. Injúria Grave. Não Ocorrência <i>Rel. Min. Massami Uyeda</i> .....	114
5. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Precatório de Natureza Alimentar. Cessão de Crédito. Possibilidade. Desnecessidade de Habilitação do Cessionário <i>Rel. Des. Fed. João Batista Pinto Silveira</i> .....	122
6. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Cheque Sustado. Desacordo Comercial. Circulação. Endosso. Portador de Boa-Fé. Inoponibilidade das Exceções Pessoais <i>Rel. Des. Alvimar de Ávila</i> .....	125
7. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Divórcio. Alimentos. Filho sem Necessidades Especiais. Redução <i>Rel. Des. Rui Portanova</i> .....	129
8. Tribunal de Justiça de São Paulo – Responsabilidade Civil. Dano Moral. Mensagem Postada na Internet. Clientes da Ofendida. Inverdades <i>Rel. Des. Ênio Santarelli Zuliani</i> .....	131
9. Divergência Jurisprudencial.....	135
10. Ementário.....	136
11. Julgados da OAB – CF/TED.....	159
Sinopse Legislativa .....	162
Destaques dos Volumes Anteriores .....	163
Índice Alfabético-Remissivo .....	164

# REVISTA TRIBUTÁRIA

e de finanças públicas

Ano 19 • vol. 98 • maio-jun. / 2011

*Coordenação-geral*

**EDVALDO PEREIRA DE BRITO**

*Coordenação de Jurisprudência*

**MARCELO CAMPOS**

*Publicação oficial da*

Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT



**Academia Brasileira  
de Direito Tributário**

Repertório de jurisprudência autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelos Tribunais Regionais Federais das 1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Regiões.



## PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Súmula Vinculante 30  
JOSÉ EDUARDO CERQUEIRA GOMES..... 13
2. Federalismo e os *royalties* de petróleo  
LUIZ HENRIQUE TRAVASSOS MACHADO ..... 31

## DIREITO FINANCEIRO

1. Lei de Responsabilidade Fiscal. Requisitos para concessão de incentivos tributários  
KIYOSHI HARADA ..... 53

## TRIBUTOS

1. O Funrural e a legitimidade ativa para a repetição do indébito  
CÉLIO ARMANDO JANCZESKI ..... 63
2. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre *royalties* (Lei 10.168/2000). Incidência e base de cálculo  
FÁBIO PALLARETTI CALCINI..... 79
3. Breves pontuações acerca da cisão de competência e jurisprudência na tributação de contribuição previdenciária  
LUCIANO MARINHO FILHO ..... 97
4. Alteração do imposto de importação: qual a base legal?  
THALIS RYAN DE ANDRADE..... 111
5. A questão da (in)definição sobre incidência monofásica no caso de Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – Cide: o caso da Condécine  
VINÍCIUS ALVES PORTELA MARTINS..... 123

## DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1. Da declaração de inidoneidade de notas fiscais de contribuinte de ICMS e o direito dos adquirentes ao crédito indevidamente gozado  
CHRISTIANE GONÇALVES DA PAZ..... 161

2. Nomeação discricionária de substituto tributário por ato infralegal: a inconstitucionalidade do § 4.º do art. 150 da Lei 3.758/2007 de São Luís/MA	
FRANCISCO JEFERSON REIS ASSUNÇÃO DE SÁ.....	181
3. Coisa julgada tributária	
PRISCILA FARICELLI DE MENDONÇA .....	209

## DIREITO INTERNACIONAL E COMPARADO

1. Acordos contra a dupla tributação e a remessa de juros decorrentes de <i>Eurobonds</i>	
CELSO ARAÚJO SANTOS.....	269
2. Os tratados em matéria tributária e sua observância pela legislação interna superveniente	
DARIANA AUGUSTA DE TOLEDO PATROCÍNIO.....	297

## INCENTIVOS FISCAIS

1. Incentivos fiscais no setor de energias renováveis: propostas para o cenário brasileiro	
LUIZ FELIPE MONTEIRO SEIXAS .....	335

## TRABALHO FORENSE

1. Cabimento da incidência do ISSQN na atividade de serventia extra-judicial – Receita bruta da serventia como base de cálculo	
LUIZ ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ .....	349

## JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

### 1. Acórdãos

#### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CORREÇÃO MONETÁRIA – IPI – Creditamento oposto pelo Fisco de forma ilegítima	
Resenha por MARCELO CAMPOS.....	357

#### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Prescrição – Mandado de segurança – Revogação, suspensão ou cassação de liminar que torna o crédito exequível	
Resenha por MARCELO CAMPOS.....	362

TRIBUTO – Auto de infração – Lavratura com base em erro de fato noticiado ao Fisco e não corrigido – Contribuinte que confessa o débito e pede parcelamento diante da necessidade premente de regularizar sua situação fiscal – Retratação da confissão na via judicial	
Resenha por MARCELO CAMPOS.....	370

FRAUDE À EXECUÇÃO – Execução fiscal – Bem imóvel – Alienação efetivada antes da entrada em vigor da Lei 118/2005 – Negócio jurídico que é realizado depois de citação válida Resenha por MARCELO CAMPOS.....	391
TRIBUTO – IRPJ e CSLL – Tributação dos lucros obtidos através da empresa controlada situada no exterior, apurados pelo método da equivalência patrimonial .....	399
EXECUÇÃO FISCAL – Ausência de pressuposto processual subjetivo – Certidão de dívida ativa – Débito fiscal inscrito após o falecimento do executado – Título executivo extrajudicial que deveria ter sido direcionado, desde o início, aos sucessores do devedor Resenha por MARCELO CAMPOS.....	426

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ARROLAMENTO – Homologação – Partilha – Inventariante que não observa procedimento administrativo fiscal, previsto em Decreto estadual, após apurar o pagamento do Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> Resenha por MARCELO CAMPOS.....	433
---	-----

#### RESENHA

1. <i>Processo judicial tributário</i> , coordenação de Ives Gandra da Silva Martins Resenha por MARCELO CAMPOS.....	439
---	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA .....	443
--	-----